

## ORGANIZAÇÃO DA A.P.U.

- Administração direta = órgãos
  - Atividade centralizada
- Administração indireta = entidades
  - Atividade descentralizada → Não têm PJ própria
- **Autarquias**
  - Criadas por lei
  - P.J. de direito público
  - Atividades típicas da A.P. → Têm PJ própria
- **Fundações públicas**
  - De direito:
    - Público: criadas por lei
    - Privado: autorizadas por lei
- **Empresas públicas**
  - Autorizadas por lei
  - Em regra, exploradora de atividade econômica
  - P.J. de direito privado (qualquer formato aceito no direito)
  - Capital social 100% público
- **Sociedade de economia mista**
  - Autorizadas por lei
  - Em regra, exploradora de atividade econômica
  - P.J. de direito privado → só sociedade anônima!
  - Maioria do capital social pertencente ao estado (público)

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## ASPECTOS GERAIS

- Refere-se a todos órgãos e entidades governamentais dos 3 poderes (não só poder executivo)

- Sentido:  
**Objetivo** → atividades relacionadas à função administrativa

**Subjetivo** → órgãos e entidades (formal/orgânico)

Atividades **típicas** da administração:

1. Fomento
2. Polícia administrativa
3. Serviços públicos
4. intervenção

## REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO

- A administração se submete a **ambos os regimes**, conforme preceitua a CF/88 e as leis  
→ Mas nunca será integralmente privado!

## REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

- Normas que disciplinam **poderes, deveres, direitos** vinculados à

**supremacia e indisponibilidade** dos direitos fundamentais

(= relação vertical)



→ Os interesses da sociedade são indisponíveis

↓  
Limitam a liberdade da administração

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- É **objetiva**  
 = independe de dolo e culpa
- Cabe ação regressiva contra o **agente público** que causou o dano, se dolo ou culpa  
 a responsabilidade do agente é **subjetiva**
- Alcança os **danos** causados a terceiros usuários e não usuários do serviço público

### ! ATENÇÃO!


As empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas não são alcançadas pela responsabilidade civil objetiva.



## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Natureza **civil**
- Tipificados em **lei federal**
- Tipos:
  1. Geram enriquecimento ilícito
  2. Causam prejuízo ao erário
  3. Atentam contra os princípios da administração
- Resultarão em:
  1. Perda do cargo/função
  2. Suspensão dos direitos políticos
  3. Indisponibilidade dos bens
  4. Ressarcimento ao erário

### NÃO CONFUNDIR:

- Perda do cargo
- Suspensão dos direitos políticos  
 ( Não é "perda dos direitos políticos"!! )  **PEGADINHA!**

## PUBLICIDADE

- 2 sentidos:
  - Publicidade em órgãos oficiais como requisito de eficácia.
  - Exigência de transparência na atuação administrativa.
- Não é absoluto!
  - Exceções:
    - Dados pessoais (Intimidade)
    - Informações sigilosas (Segurança)

## EFICIÊNCIA

- 2 sentidos:
  - Modo de atuação do agente público.
  - Organização e funcionamento da administração. (Administração Gerencial)

## MORAUDADE

- Administração deve agir conforme moral e bons costumes, honestidade...
- 3 sentidos:
  - Princípio da Probidade
  - Observância dos costumes administrativos
  - Concretização dos valores da lei
- Verificada no conteúdo do ato → Não importa

## LEGALIDADE

- 2 sentidos:
  - Aos particulares : ninguém é obrigado a fazer algo, senão em virtude de lei. Pode fazer tudo o que não for proibido (Princípio da autonomia da vontade)
  - À administração pública: a adm. só pode agir quando houver previsão legal. (Princípio da legalidade estrita)

Exceções: { Medida provisória  
Estado de defesa  
Estado de sítio

ADMINISTRAÇÃO  
pública

= PRINCÍPIOS  
EXPRESSOS =

## IMPESSOALIDADE

- Tem 5 sentidos:
  1. P. da Finalidade: o ato adm. deve seguir (= interesse público) o fim público e a finalidade especificada (geral) (específico) em lei.
  2. P. da Igualdade: atender a todos os (= isonomia) administrados sem discriminação indevida.
  3. Vedação à promoção pessoal.
  4. Impedimento e suspeição: afastar dos processos pessoas impossibilitadas de imparcialidade.
  5. Validade dos atos dos agentes de fato.

## P. DA MOTIVAÇÃO

- A administração deve indicar os fundamentos de { fato  
direito }  
+ correlação lógica.
- **Todos** os atos devem ser motivados, salvo exoneração de cargo comissionado.  
Mas, se motivar, aí o ato vincula-se aos motivos apresentados.

PEGADINHA!

## P. DO CONTROLE OU TUTELA

- Administração indireta deve observar o princípio da **especialidade** (Finalidade institucional)



## P. DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Atuar conforme critérios racionais e sensatos.

Equilíbrio entre meios e fins.

- Adequação
- Necessidade
- Proporcionalidade em sentido estrito

## P. DA AUTOTUTELA

- Adm. Pública pode controlar seus próprios atos:
  - Anular → Ilegais (O controle judicial também pode)
  - Revogar → Inconvenientes ou inoportunos

## P. DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

= Prerrogativas administrativas

- Na elaboração e execução das leis
- Aplicação:
  1. Atributos dos atos administrativos
  2. Cláusulas exorbitantes
  3. Poder de Polícia
  4. Intervenção do Estado na propriedade privada

## P. DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

= Sujeições administrativas

- Presente em toda a atuação da Adm. Pública (Seguir a vontade da Lei)
- Poder-dever de agir
- Inalienabilidade dos direitos concernentes ao interesse público

## P. DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

- A qualquer atividade administrativa
- Consequências { Limitação de greve dos servidores  
Necessidade de suplência, delegação...  
Encampação... }
- Não é descontinuidade do Serviço Público sua interrupção em situação de emergência ou após o prévio aviso, quando { por razões técnicas ou de segurança  
por inadimplemento do usuário. }

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS

## P. DA ESPECIALIDADE

- Decorre dos princípios

da {

- Legalidade
- Indisponibilidade do interesse público

- Relacionado à **descentralização administrativa**

Criação das entidades para **finalidades específicas**

→ Vedadas atividades diversas das previstas em lei.

## P. DA SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO À CONFIANÇA

- Para assegurar a estabilidade das relações jurídicas **já consolidadas**

→ {

- Direito adquirido
- Coisa julgada
- Ato jurídico perfeito

- É a base para a edição das Súmulas Vinculantes
- Veda a **aplicação retroativa** de novas interpretações

ADMINISTRAÇÃO  
pública

= PRINCÍPIOS  
= IMPLÍCITOS =

## P. DO CONTRADITÓRIO E

### AMPLA DEFESA

→  
Direito de saber das alegações e delas se contrapor

→  
Valer-se de todos os meios e recursos válidos para provar o que alega

- Aos litigantes em processo {
  - judicial
  - administrativo

- Relacionados ao princípio do devido processo legal

### ⚠ ATENÇÃO!



Em Processos Administrativos Disciplinares (PAD), não é obrigatória a defesa técnica por advogado.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA


## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO


- Responsabilidade **objetiva** do Estado, na modalidade **Risco Administrativo** + Teoria da **Culpa Administrativa** no caso de **danos** decorrentes de omissão.
- Permite **direito de regresso**:  
= **reaver** do agente o que pagou ao lesado se aquele procedeu com **dolo ou culpa**. (Análise subjetiva)

## REQUISITOS PARA A DEMONSTRAÇÃO

- Dano:  = juridicamente tutelado pelo Estado
  - Deve ser **jurídico**. (Não só econômico)
  - Pode decorrer de uma ação **lícita**.
  - **Material ou moral**.
- Conduta administrativa:
  - Por **agente público agindo nessa qualidade**.  
(sentido amplo)
- Nexo causal:
  - Conduta  Dano

## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

 **NOVIDADE!**  
(Lei 14.230/21)

- = As **condutas tipificadas** nos Arts. 9, 10 e 11..  
 "Rol taxativo" (Polêmica nos arts. 9 e 10, com "notadamente")
- Ilícito de natureza **civil e política**.

### ESPÉCIES:

- Enriquecimento ilícito
- Dano ao erário
- Lesão a princípios
- \* Concessão de benefícios indevidos **não** é mais espécie.
- Resultarão em:
  - Perda da função pública
  - Perda dos bens acrescidos ilicitamente
  - Multa civil
  - Suspensão dos direitos políticos
  - Proibição de contratar com o poder público e receber benefícios

## CONCURSO PÚBLICO

- Para acesso a cargos ou empregos públicos
  - Provas ou provas + títulos
    - Não se aplica aos cargos em comissão
    - Sozinhos não!
  - Validade: até 2 anos, prorrogável por igual período
  - Aprovados dentro do número de vagas têm direito subjetivo à nomeação

Contratação por tempo determinado → Excepcional interesse público (sem concurso)

Hipóteses expressamente previstas em lei

## ACESSO A CARGOS PÚBLICOS

- Brasileiros → cumpram requisitos em lei
- Estrangeiros → na forma da lei (lei autorizadora)

## ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- Devem ser previstos em lei:
  - Exigência de exame psicotécnico
  - Limite de idade
  - Exigência de experiência profissional

Editais não podem restringir pessoas com tatuagens, salvo conteúdo que viole valores constitucionais

# AGENTES PÚBLICOS

**CARGO EM COMISSÃO** x **FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

Percentual mínimo por servidor de carreira

Somente por servidores de carreira

- Livre nomeação e exoneração
- Direção, chefia e assessoramento

## DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO

- Têm direito à **livre associação sindical**
- Direito de **greve**: norma de eficácia limitada
- Aos militares são **vedadas**:
  - A sindicalização
  - A greve

### TÊM DIREITO A:

- Salário mínimo
- 13º salário
- Jornada  $\leq$  8hs diárias e 44hs semanais
- Repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos
- Férias
- Licença gestante e paternidade
- Proteção ao mercado de trabalho da mulher
- Redução dos riscos de trabalho
- Proibição de diferença de salários, funções e admissão por sexo, cor, estado civil
- Adicional noturno
- Salário-família
- Auxílio alimentação (salvo inativos)

### NÃO TÊM DIREITO A:

- Seguro desemprego
- FGTS
- Piso salarial
- Aviso prévio

## REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

- Fixada por **lei específica** (Iniciativa privativa em cada caso)
- Subsídio = parcela única  
 Vedado qualquer acréscimo, salvo verbas indenizatórias
- Teto remuneratório geral = Subsídios dos ministros do STF
  - Não se aplica aos empregados públicos de empresas estatais não dependentes
  - Não se aplica às parcelas indenizatórias!

### NOS ESTADOS/DF:

- Subteto por poder
- Podem fixar subteto único  
 = subsídio dos **desembargadores**

### NOS MUNICÍPIOS:

- Subteto = subsídio do **prefeito**

# AGENTES PÚBLICOS

## SERVIDORES E MANDATO ELETIVO

- Investido em mandato { Federal, Estadual, Distrital } → Afastado do cargo
- Investido em mandato de **prefeito** { Afastado do cargo e pode optar pela remuneração }
- Investido em mandato de **vereador**, poderá:
  - Se houver compatibilidade → acumular os cargos de horários (único que pode acumular!)
  - Se não → mesmo caso do prefeito



# agentes públicos

## APOSENTADORIAS DO RPPS (Atualizado conforme a EC 103/2019)

- Valor:  $\begin{cases} \geq \text{salário mínimo} \\ \leq \text{limite máximo do RGPS} \end{cases}$

(EC 103/2019): os entes federativos passam a ser obrigados a instituir esse regime (por lei de iniciativa do executivo)

- As regras para cálculo das aposentadorias serão disciplinadas em lei do respectivo ente
- Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho (anterior "aposentadoria por invalidez")

Condições:

- Servidor permanentemente incapacitado
- Não ser possível a readaptação

- Aposentadoria compulsória

- 70 anos ou 75 anos, na forma de lei complementar
- Não se aplica aos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão (STF)

- Aposentadoria voluntária:

- No âmbito da União: Estados, DF e municípios podem definir os próprios requisitos de idade

	Idade
Homem	65 anos
Mulher	62 anos

- Abono permanência → ao servidor que pode aposentar, mas continua em serviço  
(EC 103/2019): equivalente, no máximo, ao valor de sua contribuição previdenciária
  - Cada ente decide se institui ou não


## REGIME PREVIDENCIÁRIO

- RGPS aplica-se a:
  - Empregados públicos
  - Ocupantes de cargo em comissão
  - Ocupantes de função temporária
  - Ocupantes de cargo eletivo (EC 103/2019)
- RPPS aplica-se a servidores efetivos
  - Tem caráter contributivo e solidário
  - Fontes de contribuição:
    - Ente público
    - Servidores ativos
    - Aposentados e pensionistas

A EC 103/2019 vedou:

- A criação de novos regimes previdenciários pelos entes federativos
- A existência de > 1 RPPS e > 1 órgão ou entidade gestora por ente federativo

## ESTABILIDADE ||

- Após **3 anos** de efetivo exercício  
+ avaliação de desempenho
- Só **perde o cargo** nos casos de:  **DECORE!**
  - Sentença judicial transitada em julgado
  - Processo administrativo (com ampla defesa)
  - Avaliação periódica de desempenho
  - Excesso de despesa com pessoal

## READAPTAÇÃO ||

- O servidor ocupante de **cargo efetivo** pode ser readaptado ao exercício de um cargo com {atribuições  
responsabilidade} **compatíveis** com a **limitação** que tenha sofrido
- Enquanto o servidor permanecer em condição de **limitação** (na capacidade física ou mental)
- Manterá a **remuneração** do cargo de origem

agentes  
públicos

## REINTEGRAÇÃO ||

- Invalidada por **decisão judicial** a demissão do servidor
- Eventual **ocupante** de vaga será, se estável:
  - Reconduzido ao cargo de origem,
  - Aproveitado em outro cargo ou
  - Posto em disponibilidade

## DISPONIBILIDADE ||

- **Extinto** o cargo ou declarada sua **desnecessidade**:
- Remuneração proporcional ao tempo de serviço